

Zoneamento não altera perfil do setor canavieiro regional

CARLOS EDUARDO GAIAD
gaiad@pjournal.com.br

O zoneamento agroambiental não trará maiores reflexos para o setor canavieiro de Piracicaba. Essa é a opinião de José Coral, presidente da Coplacana (Cooperativa dos Plantadores de Cana), analisando a nova ferramenta criada pelo governo do Estado que traz regras para o planejamento da cultura da cana-de-açúcar e implantação de novas usinas, entendendo ainda que não implicará na redução da área plantada com a cultura no Estado. Ele lembra que mesmo que a área plantada – hoje 6 milhões de hectares – triplique, há espaço suficiente em locais onde o plantio da cana é permitido.

Coral também não vê riscos para a implantação de novas usinas, citando o caso de uma unidade em fase de licenciamento na cidade de Taquarituba e, no caso de Piracicaba, explica que não há mais área disponível para novos empreendimentos.

Elaborado a partir de parâmetros hidrográficos, físicos, topográficos e climáticos, o zoneamento agroambiental possibilita o efetivo planejamento da cultura da cana-de-açúcar. Junto com ele foram estabelecidas, por resolução da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, regras claras para o licenciamento de novas usinas de álcool no território paulista.

O zoneamento é mostrado por meio de um mapa, que identifica as áreas pelas cores verde, amarelo e vermelho, permitindo a visualização daquelas com menor grau



de restrições para a instalação de uma nova unidade industrial. As áreas marcadas em verde e em amarelo são consideradas adequadas para a atividade, com graduação que varia de verde-escuro, verde-claro a amarelo. A informação é da assessoria de comunicação da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento.

O verde-claro já indica limitações ambientais para o licenciamento de novas unidades, enquanto o amarelo significa restrições de exigências. As áreas em vermelho são consideradas inadequadas e estão concentradas na faixa litorânea onde, além das grandes unidades

de conservação do Estado, registram-se as maiores declividades de terreno.

O zoneamento valerá para o licenciamento de novas usinas, com o objetivo de tornar sua implantação e funcionamento ambientalmente sustentáveis. As usinas já existentes terão de se adequar quando da renovação de suas licenças que serão feitas seguindo as normas em vigor.

O zoneamento agroambiental mostra que ainda há áreas adequadas para a expansão do cultivo da cana. Segundo estimativas baseadas nos pedidos de licença para novas unidades, até 2010 a área da cultura poderá chegar a 6,2 milhões de hectares.

“O zoneamento agroambiental apresentado pelo governo estadual veio um pouco atrasado, todavia se fazia e se faz necessário. Atrasado porque veio quase a reboque do ‘boom’ canavieiro no Estado, mas especificamente no oeste, tendo como centro a cidade de Araçatuba. Os pastos degenerados estão dando lugar para canaviais, o que é positivo do ponto de vista ambiental, por mais que possa não parecer.” A afirmação é do professor Tomás Caetano Canavan Ripoli, da Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz).

Ele explica que com a demanda do mercado internacional por combustíveis renováveis, “acertadamente” o empresário brasileiro e

até grandes fundos de investimentos internacionais estão investindo maciçamente na construção de destilarias de álcool e, em paralelo, objetivando a cogeração de energia a partir do bagaço e do palhico remanescentes da colheita.

Ripoli lembra que o Estado de São Paulo apresenta mais de 60% de seu território agrícola, adequado à cultura da cana, do ponto de vista de solo e clima, e tranquiliza aqueles que possam pensar que vá se transformar num “mar de cana”, destacando que há áreas significativas em relevos onde a colheita mecanizada não poderá operar, limitando a expansão e, em outras áreas, tecnologias inovadoras serão necessárias.

“O leigo imagina que a cultura canavieira, por ser visualmente rústica,

aceita desaforos tecnológicos. Nada mais falso. É uma cultura altamente exigente em tecnologia adaptada, não para cada grande região, mas principalmente, em nível de grupos de talhões que apresentam ambientes de produção semelhantes”, enfatiza.

Ripoli contesta, no zoneamento, os padrões adotados para considerar regiões aptas à colheita mecânica, considerando as colhedoras atuais, que pesam 18 toneladas e possuem um elevado centro de gravidade.

Ele considera correto o enquadramento das áreas dentro de relevos de até 15%, entre as sem restrições, mas acha “um tanto perigosa” a afirmação de que em relevos de 15% a 20% a restrição é moderada, devendo ser consideradas impraticáveis e não-severas as que estão acima dos 20%.

“Na segunda condição (20%), o risco de tombamento é elevado e não moderado e, na terceira condição, a colhedora simplesmente não tem condições de operar. Todavia, esse lapso não invalida a importância do estudo”, finaliza.

‘Zoneamento está atrasado, mas é necessário’, diz Ripoli